

## **A POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ:** contratos habitacionais e o desafio de sua implementação.

Aline Tarcila de Oliveira Lima<sup>1</sup>

Walkiria Maria Sousa da Silva<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Esta pesquisa objetiva analisar as contratações efetivadas no Estado do Pará, implementadas pela COHAB, referente aos programas habitacionais federais no período de 2008 a 2015. A Política Nacional de Habitação sendo umas das principais políticas de integração à política urbana, torna-se norteadora dessa pesquisa. A abordagem teórico-metodológica da investigação está fundamentada no método histórico dialético, tendo como procedimento metodológico o levantamento bibliográfico e documental. Os resultados apontam que os investimentos habitacionais feito pelo Estado para superar o déficit habitacional ocorrem em áreas seletivas, e se concentram em municípios com mais de 150 mil habitantes.

**Palavras-chave:** Cidade capitalista, Política Nacional de Habitação, Contratos habitacionais no Pará.

**ABSTRACT:** This research aims to analyze the effect signings in Para State, implemented by COHAB, referring to federal housing programs from 2008 to 2015. The National Housing Policy is one of the main policies of integration to urban policy, it is guiding this research . The theoretical and methodological approach to research is based on historical dialectic method, and the methodological procedure the bibliographic and documentary. The results indicate that housing investment made by the state to overcome the housing shortage occur in

---

<sup>1</sup> Estudante de graduação do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará. E-mail: [alinetarcila@hotmail.com](mailto:alinetarcila@hotmail.com)

<sup>2</sup> Estudante de graduação do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará. E-mail: [kiria\\_maria@yahoo.com.br](mailto:kiria_maria@yahoo.com.br)

selective areas, and focus on cities with over 150,000 inhabitants.

**KEYWORDS:** Capitalist city, National Housing Policy, housing contracts in Para.

## 1. INTRODUÇÃO

As reflexões aqui expressas constituem parte de uma pesquisa em andamento, as quais são frutos de resultados iniciais. Nesse sentido, o que se propõe apresentar faz parte de pesquisa realizada com base em material disponibilizado pela Companhia de Habitação do Estado do Pará, cujo presente estudo objetiva discutir a importância dos programas habitacionais federais, como principais fontes de recurso da política habitacional, considerando os contratos firmados no Estado do Pará, no período de 2008 a 2015.

A pesquisa demonstra que a questão da habitação no Pará reflete a problemática habitacional enfrentada pelas frações de classe trabalhadora, principalmente a partir do processo de urbanização vivido em todo o país, o qual é engendrado pela produção do espaço capitalista em que a implementação da política de Nacional de habitação pelo Estado segue a lógica para a reprodução do capital.

Dessa forma, entender a dinâmica das contratações efetivadas no âmbito habitacional no Estado do Pará, por meio de Programas habitacionais implementados pela COHAB é relevante para a compreensão da atual crise habitacional no Estado, além de compreender como esses programas enxergam a complexidade habitacional, e como estão sendo respondidos pelo poder público, além de buscar elucidar como os investimentos referentes à Política de Habitação estão sendo feitos no Estado.

O texto está estruturado da seguinte forma: o primeiro momento traz a discussão teórica sobre a construção da cidade e como a população realizou o uso e a ocupação desses espaços, locus das correlações de forças da sociedade capitalista; no segundo momento são apresentados dados históricos sobre a questão habitacional no Pará, apresentando dados sobre o déficit habitacional, é realizado o levantamento dos dados encontrados na pesquisa, destacando os contratos habitacionais efetivados no Estado, com ênfase nos principais objetivos desses investimentos, identificando também os programas e os municípios atendidos pelos mesmos, além de ressaltar o déficit habitacional. No último tópico do texto são apresentadas as considerações finais.

## 2. A QUESTÃO HABITACIONAL NA CIDADE DO CAPITAL

A construção histórica da cidade capitalista possui em sua capilaridade a oposição entre o campo e a cidade. Lefebvre (2001, p. 49) afirma que essa oposição é a dispersão e o isolamento, é na cidade que se concentram a população, os instrumentos de produção, o capital, as necessidades, os prazeres. A separação entre a cidade e o campo “mutila e bloqueia a totalidade social”, pois está sob o signo da divisão do trabalho material e intelectual que se estabelece no território. O progresso da divisão social do trabalho irá desenvolver entre as cidades interações e associações, no qual cada uma explora um determinado ramo da indústria, gerando um espaço permeado por rivalidades e conflitos. (Lefebvre, 2001, p. 59).

A cidade é, portanto, a forma concreta do processo de urbanização e apreendê-la requer um resgate na perspectiva histórica dos processos oriundos de sua formação, tendo em vista que, “a cidade de hoje, é o resultado cumulativo de todas as cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim, produzidas pelas transformações sociais ocorridas por meio dos tempos, permeadas pelas relações que promovem estas transformações.” (SPOSITO, 2000, p. 10).

O fenômeno da urbanização é fruto do desenvolvimento da industrialização, como caracteriza Lefebvre (2001), a industrialização e a urbanização representa um duplo processo inseparável, é um processo conflitante e dialético.

Para Harvey (2005), a tendência à aglomeração em grandes centros urbanos pode se reduzir ou se ampliar por intermédio de condições especiais. Com isso, a racionalização geográfica do processo produtivo depende “da estrutura mutável dos recursos de transporte, das matérias primas, e das demandas do mercado em relação à indústria, e da tendência inerente à aglomeração e a concentração da parte do próprio capital”. (p. 52). Aglomerar a produção possibilita minimizar os custos de circulação e o tempo de giro da mercadoria, é o que Harvey chama de “anular o espaço pelo tempo”, são esforços para a acumulação de capital.

Esse fator refletiu diretamente na paisagem urbana, pois a cidade sofreu as duras consequências da rápida migração e, conseqüentemente, o crescimento populacional, oriundo do desenvolvimento do modo de produção capitalista, que fomentou a procura por espaço a um determinado nível que tornou a terra uma mercadoria, ao ponto que tal crescimento não podia ser acompanhado no mesmo ritmo do crescimento territorial. Desta forma:

O desenvolvimento desimpedido do capitalismo em novas regiões é uma necessidade absoluta para a sobrevivência do capitalismo. Essas novas regiões são os lugares onde o excesso de capitais superacumulados podem mais facilmente ser

absorvidos, criando novos mercados e novas oportunidades para investimentos rentáveis. (HARVEY, 2005, p. 118).

Com isso, a estratégia de valorização do capital na cidade capitalista irá trazer rebatimentos para as classes sociais, que sofrerá com o equacionamento da fragmentação, e também potencializará o problema da habitação, a qual está ancorada na estratégia de supremacia do capital e das classes privilegiadas.

Esse processo deu origem ao surgimento de uma nova faixa territorial, para atender a questão da moradia da classe trabalhadora, considerada como periferia, em relação aos bairros de luxo, em que aos poucos esses novos setores da cidade foram se fundindo em um espaço territorial cada vez mais compacto. Isso ressalta a importância de refletir a situação de moradia da classe trabalhadora, como resultado de um processo de organização das cidades, marcado pela segregação e desigualdades sociais.

O capital para garantir a propriedade privada e a sua valorização torna-se o maior consumidor do espaço urbano, há uma priorização das áreas metropolitanas definidas como centro da territorialização da nova dinâmica de acumulação. (PINTO, 2005, p.15). Essa estratégia capitalista irá influenciar diretamente a vida dos trabalhadores, pois eles não poderão pagar pelo consumo da mercadoria habitação e os equipamentos e serviços públicos construídos em áreas de valorização seletiva das terras, reforçando a segregação do espaço urbano, e expulsando os moradores para áreas onde os equipamentos, serviços e infraestrutura são ausentes ou precários.

Esse processo de industrialização e urbanização gera um deslocamento das camadas populares para a periferia, seja por ação autoritária e repressiva oficial do Estado, seja por medida de sobrevivência, devido à impossibilidade de se viver nos grandes centros. Isso agravado pelo crescimento demográfico das cidades e pela política de valorização da terra urbana. O processo de urbanização ocorre com o crivo da segregação social, imprimindo à cidade a marca da divisão de classes. (PINTO, 2005, p.107).

Os grupos segregados e excluídos que não conseguem acessar o mercado capitalista habitacional buscam alternativas para garantir a sua habitação, realizam autoconstruções em áreas destinadas a informalidade urbanística. Contraposto a isso, a classe dominante possui de forma selecionada as melhores áreas, excluindo as frações da classe trabalhadora ao seu acesso.

Os trabalhadores diante dessa exclusão desenvolvem como estratégias de moradia, residir em cortiços localizados próximos aos centros, casas antigas, autoconstruções, conjuntos habitacionais, e na favela. São espaços degradados e apresentam-se como espaços inadequados para habitação. (CORRÊA, 1989, p. 30).

A habitação como mercadoria, possui valor de uso e valor de troca e está sujeita as intervenções do mercado, sob a égide das relações capitalistas, logo, transforma-se em um bem extremamente caro, que exclui grande parcela da população ao seu acesso. Nesse

sentido, o Estado se configurou como articulador central do processo de acumulação, realizando intervenções urbanísticas, reorganizando o espaço físico da cidade, o qual é resultado da ação de diferentes agentes, que disputam a cidade e possuem interesses diversos e antagônicos, no qual as ações estatais urbanas em sua maioria viabilizam e privilegiam o processo de acumulação capitalista.

Desta forma, considera-se que a habitação é uma importante categoria para ser analisada para o estudo desta pesquisa, e compreender como o Estado, agente importante no processo de formação das cidades, responde a questão da habitação. Neste sentido, o item a seguir abordará o desenvolvimento da Política de Habitação no contexto brasileiro e no processo de reprodução da acumulação capitalista.

### **3. REFLEXÕES SOBRE A HABITABILIDADE: BREVE ANÁLISE DO CONTEXTO NACIONAL E LOCAL**

No atual modelo de produção capitalista e globalização da economia, regidos pela lógica neoliberal, a questão habitacional apresenta um agravamento ao longo dos anos, desenvolvido por diferentes fatores como: processos migratórios, a expansão urbana e industrial, marcadas por um caráter intenso e concentrador, além das estratégias e políticas de intervenção do Estado, esse último demonstra que os esforços realizados não foram capazes de enfrentar o cerne que compõe os problemas habitacionais.

Esses fatores corroboram para o atual contexto de crise da política habitacional brasileira e afeta as condições de reprodução social das frações da classe trabalhadora, a qual em uma dimensão mais ampla do conceito de habitação está além do direito ao espaço de moradia, diz respeito a frações de classes que não acessam um conjunto de elementos, se caracterizando como moradores em habitações/áreas carentes de infraestrutura<sup>3</sup>, não acessando direitos que serão objeto de reivindicações, disputas e conflitos nas cidades. (BRASIL, 2009, p.)

No panorama histórico habitacional brasileiro, destaca-se, a criação, na década de 1960, da Companhia de Habitação do Estado do Pará, COHAB (Lei estadual nº 3.282 de 13/04/1965.) para executar o Plano Habitacional de acordo com o elaborado pelo poder federal, atuando em todo o Estado na produção de habitações populares para famílias de baixa renda.

O Brasil instaurou uma nova ordem legal urbana que tem por base a Constituição Federal de 1988, a qual reconheceu o direito à moradia como um direito fundamental, adotando diretrizes e instrumentos de combate à exclusão social, no entanto, segundo Alves, Cruz, Vasconcelos e Sá (2014) o acesso a moradia digna no Brasil é um desafio

---

<sup>3</sup> Segundo BRASIL (2009), os domicílios carentes de infraestrutura são todos aqueles que não dispõem de ao menos um dos seguintes serviços básicos: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo.

posto a toda a sociedade, em que a negação à esse direito atinge uma grande parcela da população, especialmente a de menor poder aquisitivo, muito embora esteja previsto constitucionalmente.

Em 2001, foi criado o Estatuto das Cidades<sup>4</sup> visando regulamentar os artigos da constituição federal referente à política urbana, composto pelas três esferas de governo. O Estatuto estabelece princípios e diretrizes que expressam um novo contexto quanto às formas de uso, desenvolvimento e ocupação do território urbano, devendo orientar a ação dos agentes públicos e privados na reconstrução das cidades sob a ótica da justiça, democracia e sustentabilidade.

A política habitacional no Brasil apresentou diferentes formulações, experiências e concepções diversas até chegar ao atual modelo vigente, cujo marco foi a criação do Ministério das Cidades- Midades (Lei nº 10.683), em 2003, que se constituiu como uma conquista inovadora no âmbito das políticas urbanas do país devido a mobilização e pressão nacional de movimentos pelo direito à cidade, e posteriormente a sua criação iniciou o processo de reestruturação institucional da política habitacional no Brasil<sup>5</sup>, agora no âmbito da política urbana. (CRUZ, 2012, p. 118).

Em 2004, essas medidas e ações foram decisivas para a construção da nova Política Nacional de Habitação (PNH), como significativo avanço para o setor habitacional a qual se baseia em uma perspectiva de desenvolvimento urbano integrado, além de ser uma política pautada por um novo processo participativo e democrático da sociedade. A PNH possui como um dos principais objetivos a universalização do acesso à moradia digna, urbanizada e integrada à cidade, a todos os segmentos da população, especialmente para a população de baixa renda. Ressaltando que:

A questão habitacional é entendida como uma política de Estado, uma vez que o poder público é agente indispensável para a regulação urbana e do mercado imobiliário, e para a provisão da moradia e a regularização de assentamentos precários. Deve, portanto, ser uma política pactuada com a sociedade e que extrapole as gestões governamentais. Entende-se, ainda, que a política de habitação deve contar com a participação dos diferentes segmentos da sociedade, possibilitando controle social e transparência nas decisões e procedimentos. (BRASIL, 2009, p. 12).

No estado do Pará, a trajetória de expansão da Política Habitacional está diretamente ligada às formas do uso do solo, as disputas pela apropriação da terra, políticas de conjunto habitacionais, a ocupação nas áreas de baixadas, e durante as décadas de

---

<sup>4</sup> Segundo Bonduki (2014) a aprovação do Estatuto em 2001, depois de treze anos de debates no Congresso Nacional, criou novos instrumentos urbanísticos para viabilizar a regularização fundiária e fazer cumprir a função social da propriedade, representando a mais importante iniciativa para romper o ciclo de polarização social e a segregação espacial no Brasil.

<sup>5</sup> “Entre a extinção do Banco Nacional de Habitação (1986) e a criação do Ministério das Cidades (2003), o setor do governo federal responsável pela gestão da política habitacional esteve subordinado a sete ministérios ou estruturas administrativas diferentes, caracterizando descontinuidade e ausência de estratégia para enfrentar o problema”. (BONDUKI, p. 7).

1980 e início de 1990, houve a ocupação urbana pela via das invasões de terras, refletindo a segregação urbana ou ocupação desigual do solo. (SANTANA, 2011, p. 116).

Cabe ressaltar que as peculiaridades que constitui a dimensão urbana das pequenas cidades<sup>6</sup> na Amazônia são, principalmente, o precário acesso à infraestrutura física e social; os modos de vida culturalmente diferenciados tais como dos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e uma complexa rede urbana-rural. A maioria dessas cidades encontra-se distantes dos grandes centros urbanos, e revelam hábitos de moradia peculiar da região, são constituídos por populações de baixa renda que procuram alternativas viabilizadas em construções com altas densidades, localizadas próximas aos rios e florestas, muito embora expressem os mesmos padrões de desigualdade de urbanização brasileira, ou seja, a maioria da população de baixa renda é obrigada a buscar alternativas de acesso à terra. (SANTANA e SAKATAUKAS, 2015, p. 151).

Diante desse contexto o Estado do Pará tendo por finalidade responder a problemática habitacional têm implementado, em parceria com o Governo Federal, programas habitacionais por meio da Companhia de Habitação do Estado Pará, no período de 2008 a 2015, a qual vem executando Projetos nos Municípios paraenses por meio dos Programas: Pro-moradia, Urbanização de Assentamentos Precários (UAP), Projeto Prioritário de Investimentos (PPI-PAC), Habitação de Interesse Social (HIS), Programa Crédito Solidário (PCS), Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e suas modalidades (Empresas, Entidades, FGTS, Fundo de Arrendamento Residencial- FAR, Oferta Pública e Rural).

#### **Quadro 01: Municípios paraenses que receberam investimentos por porte populacional.**

---

<sup>6</sup> [...] “alguns estudiosos consideram como pequena cidade aquelas cuja população não ultrapassa vinte mil habitantes, enquanto outros consideram as que têm apenas dez mil habitantes [...] o tamanho da cidade é medido pelo número de habitantes, e a partir desse quesito, são classificadas como pequenas, médias e grandes. As cidades classificadas como pequenas possuem até 20.000 habitantes, acima deste montante, até 500.000 habitantes, estão as cidades denominadas de médias, e as que possuem mais de 500.000 habitantes são as consideradas grandes cidades. Esta é a classificação do IBGE e da maioria dos estudos que versam sobre esse assunto.” (SANTANA e SAKATAUKAS, 2016, p. 154-155).

As autoras em outro artigo ressaltam que o quantitativo populacional embora significativo não é a única forma consistente para definir e compreender a pequena cidade, pois entende-se que tal definição seja simplista diante da grande complexidade, ou seja, destacam que esta compreensão apresenta-se frágil e insuficiente para analisar teoricamente a temática das pequenas cidades. (SANTANA e SAKATAUKAS, 2015, p. 3)

Grupos de Município por porte populacional	Municípios	Total
Até 20.000 hab	Abel Figueiredo, Bannach, Bel Terra, Bom Jesus do Tocantins, Bonito, Brasil Novo, Brejo Grande do Araguaia, Colares, Cumaru do Norte, Curuá, Faro, Floresta do Araguaia, Inhangapi, Jacareacanga, Magalhães Barata, Nova Timboteua, Ourém, Palestina do Pará, Pau D'arco, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Rio Maria, Santa Barbara do Pará, Santa Cruz do Arari, Santa Luzia do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santarém Novo, São Caetano de Odivelas, São Francisco do Pará, São João da Ponta, Sapucaia, Terra Alta, Terra Santa, Trairão	35
20.001 a 50.000 hab	Afuá, Água Azul do Norte, Almeirim, Anajás, Anapu, Augusto Correa, Aurora do Pará, Bagre, Baião, Bujaru, Cachoeira do Arari, Canaã dos Carajás, Conceição do Araguaia, Concórdia do Pará, Curralinho, Curuça, Eldorado dos Carajas, Garrão do Norte, Goianesia do Pará, Gurupá, Igarapé -Açu, Juruti, Limoeiro do Ajuru, Mãe do Rio, Maracanã, Marapanim, Medicilândia, Melgaço, Mocajuba, Muaná, Nova Esperança do Piriá, Novo Progresso, Óbidos, Oeiras do Pará, Ourilândia do Norte, Pacajá, Placas, Ponta de Pedras, Porto de Moz, Rondon do Pará, Salinópolis, Salvaterra, Santa Maria do Pará, Santo Antonio do Tauá, São Domingos do Araguaia, São Domingos do Capim, São Geraldo do Araguaia, São João de Pirabas, São Sebastião da Boa Vista, Soure, Tracuateua, Tucumã, Ulianópolis, Uruará, Vigia, Xinguara	56
50.001 a 70.000 hab	Acará, Alenquer, Benevides, Breu Branco, Capanema, Capitão Poço, Dom Eliseu, Igarapé-Mirim, Ipixuna do Pará, Irituia, Itupiranga, Jacundá, Monte Alegre, Novo Repartimento, Oriximiná, Portel, Santa Isabel do Pará, Santana do Araguaia, São Miguel do Guamá, Tomé-Açu, Viseu,	21
70.001 a 100.001 hab	Altamira, Barcarena, Breves, Itaituba, Moju, Paragominas, Redenção, São Félix do Xingu, Tailândia, Tucuruí,	10
100.001 a 150.000 hab	Abaetetuba, Bragança, Cametá, Marituba,	4
Mais de 150.001	Ananindeua, Belém, Castanhal, Marabá, Parauapebas, Santarém,	6
<b>Total</b>		<b>132</b>

Fonte: Montado a partir dos dados obtidos pela pesquisa documental.

No período de 2008 a 2015 os contratos habitacionais do governo federal abrangeram 132 municípios paraenses, sendo que os contratos se concentraram nos municípios com até 50.000, totalizando 56 municípios. Entretanto, o maior número de contratos não representa também o maior número de investimento (ver quadro 3)

#### **Quadro 02: Objetivos dos Contratos Habitacionais no Estado do Pará de 2008 a 2015**

<b>Contratos no Estado do Pará - Habitação - Janeiro de 2008 a Agosto de 2015 por objetivos</b>			
<b>OBJETIVOS</b>	<b>PROGRAMAS</b>		<b>TOTAL</b>
<b>Assistência técnica prestada</b>	<b>HIS</b>	<b>24</b>	<b>24</b>
<b>Estudo(s) e/ou projeto(s) elaborado(s)</b>			
<b>Reforma de imóveis vazios para conversão em moradia de interesse social</b>			
<b>Plano local de habitação de interesse social elaborado</b>			
<b>Produção ou aquisição de moradias</b>	<b>HIS</b>	<b>26</b>	<b>647</b>
	<b>PRO-MORADIA</b>	<b>1</b>	
	<b>PMCMV - OFERTA PÚBLICA</b>	<b>197</b>	
	<b>PMCMV-RURAL</b>	<b>142</b>	
	<b>PMCMV-EMPRESAS</b>	<b>134</b>	
	<b>PMCMV-FGTS</b>	<b>111</b>	
	<b>PMCMV-ENTIDADES</b>	<b>12</b>	
	<b>FAR - URBANIZAÇÃO</b>	<b>5</b>	
<b>Urbanização e regularização de assentamentos precários</b>	<b>PCS</b>	<b>8</b>	<b>15</b>
	<b>PSH</b>	<b>11</b>	
	<b>PRO MORADIA</b>	<b>5</b>	
	<b>UAP</b>	<b>7</b>	
	<b>PPI-PAC</b>	<b>3</b>	

Fonte: Montado a partir dos dados obtidos pela pesquisa documental.

Os dados referenciados acima demonstram que no período de janeiro de 2008 a agosto de 2015 os contratos firmados entre o governo do Estado Pará, por meio da COHAB, com o governo federal dispõe como principal objetivo a produção ou aquisição de moradias, o qual representa 94,32% de todos os contratos, sendo que o programa com maior ocorrência foi o MCMV e suas modalidades, dentre elas a modalidade Oferta pública teve maior incidência, com aproximadamente 30,45% das contratações.

As informações contidas no Gráfico 01, revelam que o maior investimento do governo do estado do Pará foi para produção de novas unidades habitacionais por meio do PMCMV, com o valor total de contratos de mais de sete bilhões de reais, ou seja, 91,05%. Cabe ressaltar que o maior investimento está na modalidade Empresas, com 57,3%, seguida do FGTS com 28,8%, totalizando mais de seis bilhões de reais. Além disso, observa-se que os menores investimentos foram para os Programas HIS, PCS e PSH, respectivamente. Essas informações expressam as contradições na execução da política de habitação por parte das ações estatais, além de conformar que a modalidade Empresas é direcionada a provisão de novas unidades habitacionais, não respondendo ao déficit qualitativo nos diferentes municípios.

#### **Gráfico 01: Informações sobre as contratações dos Programas federais no Pará**



Fonte: Montado a partir dos dados obtidos pela pesquisa documental.

### Quadro 03: Investimentos realizados por grupo populacional.

Informações gerais sobre contratos habitacionais firmados pelo Governo Federal no Pará referentes a programas habitacionais no período 2008-2015												
Grupos de Municípios por porte populacional	Quantidade de contratos firmados	Valor dos Investimentos na soma dos contratos	Unidades habitacionais previstas	Unidades habitacionais concluídas	Situação do Andamento da Obra							
					Concluída	Normal	Atrasada	Paralizada	Não iniciada	Adiantada	Iniciada sem medição	
Até 20.000 hab	102	R\$ 81.909.222,47	3.392	1.330	46	31	4	4	17	0	0	
20.001 a 50.000 hab	220	R\$ 443.638.903,28	12.665	4.559	105	68	10	9	28	0	0	
50.001 a 70.000 hab	91	R\$ 971.065.234,31	19.566	9.256	51	12	19	3	4	1	1	
70.001 a 100.001 hab	64	R\$ 927.044.524,65	19.149	9.772	44	7	9	2	1	0	1	
100.001 a 150.000 hab	36	R\$ 1.004.188.266,88	15.589	4.402	17	1	10	6	1	1	0	
Mais de 150.001 hab	173	R\$ 4.725.682.467,03	59.298	18.139	69	33	40	10	9	10	2	
<b>TOTAL</b>	<b>686</b>	<b>R\$ 8.153.528.618,62</b>	<b>129.659</b>	<b>47.458</b>	<b>332</b>	<b>152</b>	<b>92</b>	<b>34</b>	<b>60</b>	<b>12</b>	<b>4</b>	

Fonte: Montado a partir dos dados obtidos pela pesquisa documental.

Segundo Holanda (2011) a maior gravidade da problemática habitacional do Estado do Pará encontra-se na área urbana e a maior parte do déficit habitacional do Estado está nas pequenas cidades paraenses, isto é, nos municípios com até 50.000 habitantes. Mas, contrariando a realidade habitacional desses pequenos municípios, os dados do quadro 03 revelam que no período supracitado o maior investimento nas contratações habitacionais do Estado ainda permanece nos grandes centros urbanos, com população acima de 150.001 habitantes.

Nessa perspectiva, Sakatauskas e Santana (2015) apontam que está ainda é uma lacuna presente na Política habitacional, que apesar de conquistas e avanços há muito a ser feito para que essas barreiras sejam superadas, para que assim as Regiões como a Amazônia e o Nordeste não continuem sendo penalizados, uma vez que “as regiões metropolitanas continuam sendo os locais com os principais investimentos e a PNDU não

abarcando suficientemente a diversidade urbana regional, o que faz das ações inadequadas para enfrentar os problemas urbanos.” (2015, p. 1259).

Em relação as unidades habitacionais previstas nas contratações, que são no total de 129, 659 (cento e vinte nove, seiscentos e cinquenta e nove mil) houve apenas até a presente data, a conclusão de apenas 47, 458 (quarenta e sete, quatrocentos e cinquenta e oito mil) unidades ou seja, cerca de 36% do total previsto. O restantes das unidades previstas estão paralisadas ou em andamento.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os estudos feitos até o momento sobre os contratos habitacionais implementados no Estado do Pará demonstram que a execução da Política Nacional de Habitação vêm desconsiderando as particularidades regionais, bem como as condições diferenciadas de execução de políticas públicas entre os pequenos, médios e grandes municípios paraenses.

Desta maneira, torna-se urgente que a Política Nacional reconheça a diversidade da região Norte, através da criação e/ou modificação de dispositivos que trabalhem o reconhecimento diferenciado em áreas tanto urbanas como rurais, visando sua complementariedade, e criem instrumentos que contemplem a realidade amazônica para que a população possa usufruir dos avanços operados na Constituição de 1988. (SAKATAUKAS e SANTANA, 2015, p.11)

Os aspectos relacionado a precariedade habitacional paraense ratificam a grave situação habitacional encontrada nos municípios brasileiros e demonstram que a intervenção estatal no Pará reforça e reproduz as contradições e desigualdades no acesso a moradia digna, nesse sentido a política de habitação no Estado tem como desafio atender efetivamente as necessidades intrínsecas a população paraense.

Portanto, os estudos realizados sinalizam que o Programa Minha Casa, Minha Vida é a principal fonte de recursos para a produção ou aquisição de novas moradias no Pará, ou seja, as ações governamentais no Estado reforçam por meio da provisão de unidades habitacionais, modelos padronizados, amplamente difundidos no território nacional, considerando os municípios como núcleos homogêneos, sem atenção as particularidades do contexto urbano/rural das Regiões do Pará.

#### **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. Plano Nacional de Habitação. Brasília: Ministério das Cidades/ Secretaria Nacional de Habitação, Primeira impressão: Dezembro de 2009.

BONDUKI, Nabil. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. In: Jaime Eraso Espinosa. (Org.). Políticas de empleo y vivienda en Sudamérica. 1ed. Quito / Caracas: FLACSO / CLACSO INSTITUTO DE LA CIUDAD, 2014, v., P. 20.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. São Paulo: Ática, 1989.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

HOLANDA, ANA CAROLINA. A Nova política da habitação de interesse social no Pará (2007-2010): avanços e limites. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.

LEFEBVRE, Henri. A cidade do Capital. Tradução Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PINTO, Marina Barbosa. Questão habitacional como expressão da questão social na sociedade brasileira. In: Libertas. Revista da Faculdade de Serviço Social, Juiz de Fora, v.4 e 5, n. especial, p.92 - 117, jan-dez / 2004, jan-dez / 2005.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Capitalismo e Urbanização. São Paulo: Contexto, 2000.

SANTANA, Joana Valente. “Invasões de terras e Política Habitacional: mediações de interesses na atuação da Companhia de Habitação do Estado do Pará”. In: SANTANA, Joana Valente; SÁ, Maria Elvira Rocha de (Orgs.). Políticas Públicas e lutas Sociais na Amazônia: enfoques sobre planejamento, gestão e territorialidade. Belém: ICSA/UFPA, 2011. p. 187-243.

SAKATAUKAS, G. L. B.; SANTANA, J. V. Reflexões sobre Diversidade Regional e Habitação na Amazônia. In: 3º CIHEL. Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono, 2015, São Paulo. Habitação: Urbanismo, Cultura e Ecologia dos Lugares. São Paulo: FAU USP, 2015. p. 1251-1265.